



Telefoto Alencar Monteiro

Para o sertanista, há incompatibilidade entre o Ministério e a Funai

Villas Boas quer a Funai subordinada à Presidência

Da sucursal e do correspondente

O sertanista Orlando Villas Boas defendeu, ontem, ao depor na CPI do índio, na Câmara dos Deputados, a criação de uma secretaria especial, ligada à presidência da República, para cuidar da assistência às comunidades indígenas, desvinculando-se a Funai do Ministério do Interior. Na opinião de Villas Boas, as atividades desse Ministério, voltadas para o desenvolvimento regional, são inteiramente incompatíveis com o trabalho da Funai, que tem entrado em choque, constantemente, com órgãos que atuam na Amazonia Legal, como a Sudam e a Sudeco.

O sertanista, ao responder às perguntas feitas pelos deputados, fez severas críticas à administração do general Bandeira de Mello, que dirigiu a Funai durante o governo Médici. Segundo ele, o general conseguiu colocar em prática o método mais eficiente para a rápida extinção do índio, considerado por ele como um entrave ao desenvolvimento. Os desentendimentos dos irmãos Villas Boas com o presidente da Funai surgiram desde que ele afirmou que o Parque Nacional do Xingu "era apenas um grande jardim zoológico para inglês ver". As divergências aumentaram com a construção da rodovia BR-080, a Brasília-Manaus, que cortou o parque ao norte, o que, segundo afirmou Orlando, teve o apoio da Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro Oeste e da própria Funai.

A mesma severidade de julgamento não foi mantida por Villas Boas ao analisar a atual administração da Funai. Ele acha que o órgão tem-se esforçado para corrigir as distorções existentes e já conta com o apoio do Ministério do Interior, "que agora voltou atrás na sua firme decisão de integrar o índio, a curto prazo, a sociedade nacional". Villas Boas considera irreversível a futura integração do índio, mas acha que ela deve obedecer a um processo lento para que, mesmo em convívio com a civilização, não rompa com seus padrões de cultura.

"O índio — afirmou — constitui um patrimônio da própria humanidade, e o nosso dever é assisti-lo, respeitando o seu modo de vida."

MISSÕES

O sertanista fez restrições ao trabalho do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), afirmando que o órgão está se especializando em criticar a política indigenista oficial, ao invés de

buscar maior aproximação com a Funai, fato que só viria a beneficiar o índio. Ele também disse ser contrário às reuniões de chefes indígenas promovidas pelo Cimi. "Não podemos esquecer que o índio é um tutelado e, por este motivo, precisa ser acompanhado pela Funai. No entanto, os missionários nunca convidaram representantes do órgão para participarem dessas reuniões."

Orlando acha, também, que o Summer Institute Of Linguistics, entidade religiosa norte-americana, cujas atividades estão voltadas para a tradução da bíblia em todas as línguas, não tem tido uma atuação positiva. "Sou totalmente contrário ao seu trabalho e acho que ele precisa ser investigado, pois esta entidade não definiu bem a sua missão entre os índios. Junto à Funai, ela se propõe a desenvolver um trabalho de linguística. Mas, na verdade, seus técnicos estão mais interessados na conversão religiosa dessas populações."

O deputado Airton Soares (MDB SP) deverá encaminhar à presidência da CPI um requerimento pedindo a convocação dos representantes do Summer para deporem na Comissão.

O sertanista foi inquirido sobre o processo de transferência de índios de seu habitat para outras áreas, como ocorreu com os krenhacarores, que foram levados da área em que viviam para o Parque do Xingu. "Em princípio, somos totalmente contrários à transferência de índios — respondeu Orlando — a não ser em casos especiais, como ocorreu com os krenhacarores e os beijos-de-pau, que estavam ameaçados de desaparecimento se permanecessem em suas terras. Os krenhacarores, em menos de um ano, foram reduzidos de 200 para 70, e teriam desaparecido, pois contraíram sérias doenças com a passagem da rodovia Cuiabá-Santarém próximo a sua aldeia."

Airton Soares perguntou se a Funai não é ouvida pelos órgãos responsáveis pe-

la abertura de rodovias na Amazônia para evitar que elas cortem áreas indígenas. Orlando respondeu que o programa de integração da Amazônia foi aplicado de forma apressada, não permitindo que a Funai apreciasse todos os traçados existentes. "Mas o senhor concorda com o fato de esses traçados não serem submetidos à Funai?" — perguntou Airton Soares. "Eu não — respondeu Orlando — e o senhor?" "Eu também não" — disse o deputado. Então quem o senhor acha que concorda?" — indagou Orlando. "O ministro Mário Andreazza" — respondeu o deputado oposicionista, recebendo pleno apoio do sertanista.

IANOMANI

Além do amplo atendimento aos índios das aldeias localizadas as margens dos rios Catrimani e Lobo D'Almada, no Sudoeste de Roraima, a Funai realizará, em junho, uma campanha de vacinação em massa que abrangerá cerca de seis mil indígenas do tronco linguístico ianomani.

A campanha anti-sarampo, provavelmente, será executada em seguida, atingindo os índios que habitam as regiões de Demini, Catrimani, Lobo D'Almada e Serra dos Surucucus — esta última localizada ao Noroeste do Território, lugar de difícil acesso. Um funcionário da Funai, em Boa Vista, informou que, possivelmente, um médico deverá ir à região em junho para ocupar a vaga deixada pelo cirurgião Vicente de Paula Paraense, morto em desastre aéreo quando prestava assistência às minorias étnicas, em fevereiro.

Segundo o funcionário da Funai, a campanha de vacinação em massa tem caráter puramente preventivo para evitar a ocorrência de nova epidemia de sarampo. Além da vacinação, a Delegacia da Funai dobrará a vigilância nas áreas indígenas para evitar o contato com os brancos, principalmente "gateiros" — caçadores profissionais.